

RN teve mais de 10 mil acidentes de trabalho

Dados constam em boletim da Secretaria de Estado da Saúde

O Rio Grande do Norte registrou um total alarmante de 10.216 casos de acidentes de trabalho em 2023, conforme revelado pela Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap) em um levantamento realizado pela Associação dos Engenheiros de Segurança do Trabalho do RN. Esses números enfatizam a urgência de implementar melhores práticas de segurança no trabalho em diversas profissões. Dentre os acidentes reportados, 8.437 envolveram homens e 1.779 foram com mulheres, refletindo uma disparidade significativa nas ocorrências entre os gêneros. Essa diferença ressalta a necessidade de investigar as causas e condições de trabalho que podem estar contribuindo para essa estatística, além de promover ações que visem a segurança de todos os trabalhadores. O boletim também identificou a profissão de pedreiro como a mais afetada, com 778 casos registrados, seguida por trabalhadores volantes da agricultura, que contabilizaram 555 acidentes, e técnicos de enfermagem, com 495 ocorrências. Esses dados são um alerta para as condições frequentemente perigosas enfrentadas por esses



Elza Fiúza / Agência Brasil

Obra: pedreiros são primeiro lugar em acidentes de trabalho

profissionais, especialmente no setor da construção civil, que está frequentemente exposto a riscos elevados. Natal foi o município responsável pela maior parte das notificações, totalizando 4.562 ocorrências, seguido por Mossoró, com 1.903, e Caicó, com 854. Esses números indicam que a capital e algumas cidades do interior do estado concentram a maior parte dos acidentes, exigindo uma atenção especial das autoridades para implementar medidas de

prevenção e segurança nessas áreas. De acordo com dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, entre 2012 e 2022, o Brasil comunicou mais de 6,7 milhões de acidentes de trabalho, resultando em 25,5 mil mortes entre trabalhadores com carteira assinada. Em 2023, o novo sistema eSocial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) demonstrou que ocorreram 499.955 acidentes de trabalho em todo o Brasil, sendo 2.888 fatais.

Esses números evidenciam um problema estrutural que precisa ser abordado urgentemente.

Para discutir soluções para essa grave situação, especialistas de todo o país se reunirão em Natal nos dias 28 e 29 deste mês no II Congresso Norte Nordeste de Segurança e Saúde Ocupacional (II CONESSO), cujo tema principal será "A segurança do trabalho e suas ferramentas no combate aos acidentes".

Alagoas faz lives sobre a lei Aldir Blanc

A Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa de Alagoas realiza, entre os dias 21 e 25 de outubro, uma série de lives com o objetivo de esclarecer dúvidas e orientar sobre os editais da Política Nacional Aldir Blanc. As transmissões acontecerão diariamente, às 18h, e terão como foco as diversas áreas da cultura

regional.

Cada dia da programação será dedicado a um conjunto de editais específicos, com a apresentação da equipe responsável pelos certames, que detalhará as exigências e critérios de participação. Além disso, os encontros virtuais também proporcionarão um espaço para que os participantes tirem dúvidas em

tempo real, facilitando o entendimento das etapas de inscrição e execução dos projetos.

A secretária de Estado da Cultura e Economia Criativa, Mellina Freitas, ressalta a importância dessa ação para os agentes culturais de Alagoas.

"Queremos garantir que todos os interessados tenham acesso às informações necessá-

rias, compreendam bem as exigências e possam desenvolver projetos sólidos e alinhados com os objetivos da PNAB. Com essa iniciativa, estamos trabalhando para fortalecer ainda mais a cultura do nosso estado, democratizando o acesso aos recursos e apoiando nossos artistas", disse a secretária Mellina.

CORREIO OPINIÃO



Pexels/Sora Shimazaki

Recados do Congresso são claros

Melhor para o Brasil que a reforma do Judiciário venha de dentro

Por Isaac Jordão Sassi*

A votação do chamado Pacote anti-STF na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara acendeu diversas luzes no mais importante tribunal do país. O ministro Gilmar Mendes entrou em campo e o presidente Arthur Lira indicou que estas propostas não seriam pautadas durante o seu mandato. Acontece que há um longo caminho até o Plenário e muito dificilmente as matérias estariam prontas para votação até lá, caso fosse seguido o rito comum. Tem ainda muito espaço de negociação nesta tramitação.

Sobre as votações, que incluem duas propostas de emenda à Constituição e dois projetos de lei, o presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, apontou em discurso na quinta-feira, dia 10, duas coisas. Uma que era sua mensagem principal e outra que saiu quase como um ato falho. Ao afirmar que interesses políticos de ocasião não podem mexer "em instituições que estão funcionando e cumprindo bem a sua missão" o ministro deixou escapar aquele que é o maior problema real do judiciário: a sua resistência obstinada a aceitar quaisquer mudanças que impliquem em controle dos seus membros.

Dentre os assuntos que motivam o avanço desta pauta estão as de caráter ideológico, como a ideia de que o STF atropela o legislativo, o que traz adesão da extrema-direita; mais recentemente a decisão do ministro Flávio Dino de interromper quase completamente a execução das emendas parlamentares, o que traz a adesão da ala mais fisiológica do Congresso; e há também a percepção de que o Poder Judiciário precisa de uma reforma urgente.

Por um lado, é inegável o papel fundamental que o poder judiciário exerceu e segue exercendo no Brasil, garantindo a normalidade institucional, a democracia e a realização de eleições livres e limpas.

Por outro, as recorrentes notícias de vendas de sentenças, de má-conduta por parte de magistrados e até mesmo de relações estranhas entre os próprios ministros e escritórios de advocacia de seus familiares continuam a causar espanto na sociedade sem que haja respostas adequadas aos problemas do Judiciário que afligem toda a população: a demora

nas decisões, os benefícios funcionais, como férias de 60 dias, vencimento por substituição e, em caso de malversação, pena máxima de aposentadoria com vencimentos proporcionais – a demissão só pode ser aplicada em situações específicas e raras – que não encontram qualquer sustentação na realidade do país ou sequer no orçamento público que sustenta toda a estrutura do Estado. A concessão de auxílio-moradia, inclusive para os residentes na comarca e pago em dobro para casais de magistrados, é outro exemplo de absurdo mantido como forma de negociar aumentos para a carreira ou de juizes que, sob a desculpa de dar aulas, passaram a vender cursos e palestras se utilizando da toga como agregadora de valor ou até mesmo o caso em que o magistrado comprou um carro de luxo num leilão judicial com objetivo de se revender com lucro – foi condenado com a aposentadoria.

Há vários problemas no Judiciário que precisam de respostas. A grande questão é que o Judiciário tem se fugido abertamente deste debate. A Lei Orgânica da Magistratura segue inalterada desde 1986 e neste tempo estes abusos escondidos sob o verniz da lei seguiram prosperando e se multiplicando.

Ter um Poder Judiciário independente, autônomo e que seja obedecido é um dos critérios necessários para que exista uma democracia plena. Acrescenta-se ainda que a Justiça tem suas peculiaridades e necessidades que são desconhecidas por aqueles que não fazem parte do dia-a-dia de sua operação. Por isso é fundamental que a reforma do Poder Judiciário seja proposta e iniciada por ele mesmo, sob o risco de que terceiros, neste caso o Congresso, iniciem um processo de reforma que será necessariamente manco e ineficaz, com resultados ainda piores para o Judiciário e para o Brasil como um todo.

A manutenção destes privilégios é onerosa ao contribuinte e não possui qualquer justificativa que não seja a manutenção dos privilégios de classe. É importante fortalecer o judiciário, e para isso é importante que ele seja reformado e que esta proposta seja coordenada por seus membros. Antes que o Congresso Nacional tenha que fazer o dever de casa do colegial.

*Cientista Político e mestre em teoria política.



Apartamentos exclusivos e completos para long stay em Ipanema com a comodidade de ter serviços de um hotel à sua disposição.



R. Francisco Otaviano, 155 - Ipanema, Rio de Janeiro - RJ